

PROJETO DE LEI N.º , 2004.
(Do Sr. Carlos Nader)

“Garante às pessoas portadoras de deficiências auditivas o direito de serem atendidas, nas repartições públicas federais, por meio da Língua Brasileira de sinais- LIBRAS ”.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º Às pessoas portadoras de deficiências auditivas fica assegurado o direito de serem atendidas, nas repartições Públicas Federais, Fundações e Autarquias, por funcionário apto a comunicar-se por meio da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Art. 2º Para o atendimento do disposto no artigo supracitado, ficam os Poderes Públicos autorizados a firmar convênios com entidades sociais cuja finalidade seja o atendimento de pessoas com deficiências auditivas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição que submetemos para apreciação de Vossas Excelências, pretende garantir o atendimento aos portadores de deficiência auditiva, em órgão públicos federais, na língua brasileira de sinais.

A projeto de lei que ora apresento, vem atender a um velho anseio de uma parcela da população diferenciada, que tem seus direitos resguardados nos princípios constitucionais.

Pela importância e significado social da presente proposição, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares, para aprovação da presente medida.

Sala das Sessões, em de de 2004.

Deputado CARLOS NADER
PFL-RJ